

Gestão De Efetivo E Sua Influência Na Eficiência Operacional Da Polícia Militar Do Amazonas (PMAM).

Anderson Keiichi Yamagata¹; George Bruno Ferreira Bispo²;
Braulio Nogueira Carvalho³; Ricardo Castro Fortes⁴; Johnes Fernandes Costa⁵;
Marcio De Figueiredo Do Nascimento⁶; Isaías Batista Gonçalves De Souza⁷;
Emerson Tizatto⁸; Andrea Lanza Cordeiro De Souza⁹.

(Aluno Do Curso De Aperfeiçoamento De Oficiais) /Universidade Do Estado Do Amazonas, Brasil¹

(Aluno Do Curso De Aperfeiçoamento De Oficiais) /Universidade Do Estado Do Amazonas, Brasil²

(Aluno Do Curso De Aperfeiçoamento De Oficiais) /Universidade Do Estado Do Amazonas, Brasil³

(Aluno Do Curso De Aperfeiçoamento De Oficiais) /Universidade Do Estado Do Amazonas, Brasil⁴

(Aluno Do Curso De Aperfeiçoamento De Oficiais) /Universidade Do Estado Do Amazonas, Brasil⁵

(Aluno Do Curso De Aperfeiçoamento De Oficiais) /Universidade Do Estado Do Amazonas, Brasil⁶

(Aluno Do Curso De Aperfeiçoamento De Oficiais) /Universidade Do Estado Do Amazonas, Brasil⁷

(Aluno Do Curso De Aperfeiçoamento De Oficiais) /Universidade Do Estado Do Amazonas, Brasil⁸

(Professora Adjunto Da Escola Superior De Ciências Sociais /Universidade Do Estado Do Amazonas, Brasil)⁹

Resumo:

O trabalho propõe analisar como a gestão do efetivo da Polícia Militar do Amazonas impacta seus resultados operacionais diante dos desafios geográficos e logísticos, uma alocação inadequada de policiais afeta diretamente o tempo de resposta, o atendimento à população. Buscou-se analisar a relação entre a gestão de efetivo e a eficiência operacional da Polícia Militar do Amazonas. A metodologia utilizada foi bibliográfica, documental, apresentando os dados de forma descritiva. O estudo visou oferecer subsídios para melhorar as políticas de alocação de efetivo, contribuindo para a eficiência e eficácia do emprego da segurança pública na atividade fim. Estratégias como descentralização operacional, fortalecimento do policiamento comunitário e investimento em tecnologias de monitoramento são fundamentais para otimizar a gestão do efetivo e ampliar a eficiência das ações policiais no estado. Isso inclui maior autonomia para comandos regionais, uso de tecnologias como drones e câmeras de reconhecimento facial, e aproximação da PMAM com comunidades locais para promover legitimidade e cooperação. Além disso, valorização profissional dos policiais com foco em formação continuada e melhoria das condições de trabalho é essencial para garantir engajamento e reduzir impactos do desgaste físico e emocional.

Palavras-chave: Gestão do Efetivo. Polícia Militar do Amazonas. Índices criminais.

Date of Submission: 04-08-2025

Date of Acceptance: 14-08-2025

I. Introdução

A segurança pública constitui um dos pilares essenciais para o desenvolvimento social e econômico de qualquer região. Nesse contexto, a Polícia Militar se destaca como a principal instituição responsável pelo policiamento ostensivo e pela manutenção da ordem pública. No Estado do Amazonas, entretanto, o exercício dessas funções é amplamente desafiado por características geográficas e logísticas singulares, como a vasta extensão territorial, a presença de comunidades isoladas e as dificuldades de locomoção em áreas de floresta e rios. Esses fatores impõem limitações significativas à atuação policial e exigem estratégias de gestão específicas, adaptadas à realidade local.

Diante desses desafios, a gestão do efetivo policial emerge como elemento central para garantir a eficiência operacional da corporação. A alocação estratégica dos recursos humanos deve considerar não apenas a quantidade de policiais disponíveis ou a incidência de índices criminais em determinadas regiões, mas também aspectos como absenteísmo, sobrecarga de trabalho, rotatividade e a necessidade de presença contínua. Uma distribuição inadequada do efetivo compromete diretamente o tempo de resposta às ocorrências, a qualidade do atendimento à população e, por consequência, os indicadores de criminalidade. A ausência de planejamento adequado pode, ainda, gerar desgaste físico e psicológico nos profissionais, afetando sua produtividade e motivação. Nesse cenário, este trabalho buscou responder à seguinte questão: *como a gestão de efetivo influencia a eficiência operacional da Polícia Militar do Amazonas?*

O trabalho em voga teve a proposta de analisar de que maneira a gestão do efetivo da PMAM impacta seus resultados operacionais, identificando falhas e potencialidades no modelo atual de distribuição e emprego

do pessoal. A proposta visou oferecer subsídios técnicos para a formulação de políticas internas de controle de efetivo mais eficazes.

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, incluindo análise correlacional. Os procedimentos metodológicos envolvem levantamento documental de dados da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) sobre efetivo, escalas, horas extras, afastamentos e produtividade, além da coleta de indicadores operacionais, como tempo de resposta e resultados por unidade. A análise estatística busca identificar correlações entre a gestão do efetivo e os indicadores de eficiência. A amostra contempla unidades operacionais da capital e do interior, com dados referentes ao período de 2022 a 2024 (ou conforme disponibilidade).

O artigo foi estruturado em duas partes principais. A primeira analisa como ocorre o dimensionamento e a distribuição do efetivo da Polícia Militar do Amazonas entre a capital e o interior. A segunda apresenta recomendações voltadas à melhoria da gestão do efetivo, visando maior eficiência na atuação da corporação.

Para tanto, foram examinados aspectos como o dimensionamento e a distribuição do efetivo entre a capital e o interior do estado, além da avaliação de indicadores de eficiência operacional das unidades, tais como tempo de resposta, produtividade e ações preventivas. Ao final, foram apresentadas recomendações voltadas à melhoria da gestão do efetivo, com vistas à valorização do capital humano, à otimização dos serviços prestados à sociedade e ao fortalecimento da segurança pública em regiões com características complexas, como a amazônica.

II. Revisão Da Literatura

Gestão de Efetivo na Segurança Pública: Pilares da Estruturação

A gestão de efetivo nas instituições de segurança pública representa um dos pilares fundamentais para garantir a eficiência operacional e a efetividade das ações policiais. No caso da Polícia Militar do Amazonas (PMAM), tal gestão adquire contornos ainda mais complexos, considerando as dimensões geográficas do estado — aproximadamente 1.558.706 km² — e a distribuição populacional extremamente desigual entre capital e interior, juntamente com os desafios logísticos próprios da região amazônica.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do Estado do Amazonas em 2024 é estimada em 4.281.209 habitantes. Desse total, cerca de 65% está concentrado na Região Metropolitana de Manaus, que inclui 13 municípios e totaliza aproximadamente 2.783.002 habitantes. A capital, Manaus, é o município mais populoso, com 2.279.686 habitantes, seguida por Itacoatiara (112.520), Manacapuru (110.691), Parintins (101.956) e Tefé (79.278). Em contraste, municípios como Japurá (9.397), Anamá (10.318) e Itapiranga (10.805) apresentam populações significativamente menores, o que evidencia a heterogeneidade demográfica do estado.

Essa disparidade populacional, aliada à complexidade territorial, exige da PMAM uma gestão de efetivo altamente estratégica, capaz de equilibrar a presença policial entre áreas densamente povoadas e localidades remotas. A literatura sobre gestão pública e segurança aponta que a eficiência operacional está diretamente relacionada à capacidade de alocar recursos humanos de forma racional, considerando fatores como demanda por policiamento, índices criminais, acessibilidade geográfica e infraestrutura disponível (SILVA, 2021; BRASIL, 2020).

Além disso, o modelo de distribuição do efetivo deve contemplar variáveis internas à corporação, como absentismo, rotatividade, sobrecarga de trabalho e a necessidade de policiamento contínuo. A ausência de planejamento adequado pode gerar impactos negativos tanto na produtividade quanto na saúde física e mental dos profissionais, comprometendo a qualidade do serviço prestado à população. (SILVA, 2021; BRASIL, 2020)

Dessa forma, a gestão do efetivo policial no Amazonas não pode ser tratada apenas como uma questão quantitativa, mas sim como um processo dinâmico e adaptativo, que exige o uso de tecnologias de monitoramento, descentralização de decisões operacionais e fortalecimento do policiamento comunitário. Tais estratégias são fundamentais para garantir a legitimidade institucional e a efetividade das ações de segurança pública em um território marcado por desafios únicos.

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO 2022	POPULAÇÃO 2024	HAB / PM	QTD PM EXISTENTE	QTD PM IDEAL
JAPURA	8.858	9.397	9.397	1	10
FONTE BOA	25.871	27.875	6.969	4	31
SANTO ANTONIO DO IÇA	28.211	30.448	6.090	5	33
TONANTINS	19.247	20.224	5.056	4	20
BARREIRINHA	31.065	33.436	4.777	7	33
SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	51.795	56.406	4.029	14	68
MARAA	15.520	15.843	3.961	4	16
BOA VISTA DO RAMOS	23.785	25.769	3.681	7	26
ENVIRA	17.186	17.920	3.584	5	18
NOVO ARIJUANA	23.817	24.987	3.570	7	25
NOVA OLINDA DO NORTE	27.062	28.267	3.533	8	28
SÃO PAULO DE OLIVENÇA	32.967	35.196	3.520	10	39
MAUES	61.204	65.714	3.129	21	66
CODAJAS	23.549	24.451	3.056	8	24
ITAMARATI	10.937	11.730	2.932	4	12
BORBA	33.056	34.879	2.907	12	35
UARINI	14.431	15.278	2.546	6	17
SANTA IZABEL DO RIO NEGRO	14.164	14.176	2.363	6	16
TAPAUÁ	19.599	20.501	2.278	9	21
ATALAIA DO NORTE	15.314	15.892	2.270	7	17
PAUINI	19.373	20.232	2.248	9	20
URUCARA	18.626	19.505	2.167	9	20
JUTAI	25.172	27.656	2.127	13	30
COARI	70.496	73.820	1.943	38	89
AMATURA	10.819	11.411	1.902	6	13
SÃO SEBASTIAO DO UATUMÁ	11.670	12.247	1.750	7	12

TABELA 1: Dados obtidos no Comando de Policiamento do Interior da Polícia Militar do Amazonas

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO 2022	POPULAÇÃO O 2024	HAB / PM	QTD PM EXISTENTE	QTD PM IDEAL
JAPURÁ	8.858	9.397	9.397	1	10
FONTE BOA	25.871	27.875	6.969	4	31
SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ	28.211	30.448	6.090	5	33
TONANTINS	19.247	20.224	5.056	4	20
BARREIRINHA	31.065	33.436	4.777	7	33
SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	51.795	56.406	4.029	14	68
MARAÃ	15.520	15.843	3.961	4	16
BOA VISTA DO RAMOS	23.785	25.769	3.681	7	26
ENVIRA	17.186	17.920	3.584	5	18
NOVO ARIPUANÃ	23.817	24.987	3.570	7	25
NOVA OLINDA DO NORTE	27.062	28.267	3.533	8	28
SÃO PAULO DE OLIVENÇA	32.967	35.196	3.520	10	39
MAUÉS	61.204	65.714	3.129	21	66
CODAJÁS	23.549	24.451	3.056	8	24
ITAMARATI	10.937	11.730	2.932	4	12
BORBA	33.056	34.879	2.907	12	35
UARINI	14.431	15.278	2.546	6	17
SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	14.164	14.176	2.363	6	16
TAPAUÁ	19.599	20.501	2.278	9	21
ATALAIA DO NORTE	15.314	15.892	2.270	7	17
PAUINI	19.373	20.232	2.248	9	20
URUCARÁ	18.626	19.505	2.167	9	20
JUTAI	25.172	27.656	2.127	13	30
COARI	70.496	73.820	1.943	38	89
AMATURÁ	10.819	11.411	1.902	6	13
SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÃ	11.670	12.247	1.750	7	12
IPIXUNA	24.311	25.458	1.697	15	25
BARCELOS	18.831	18.626	1.693	11	20
CAREIRO CASTANHO	30.792	32.442	1.622	20	32
JURUÁ	10.762	11.152	1.593	7	11
NHAMUNDÁ	20.135	21.106	1.508	14	21
AUTAZES	41.582	45.328	1.462	31	45
MANICORÉ	53.914	57.758	1.409	41	58
CARAUARI	28.742	30.892	1.343	23	31
BENJAMIN CONSTANT	37.648	40.509	1.228	33	45
ITACOATIARA	103.598	112.520	1.114	101	136
URUCURITUBA	23.945	25.592	1.066	24	26
IRANDUBA	60.993	67.114	907	74	74
SILVES	11.590	12.404	886	14	12
ALVARÃES	15.866	16.670	877	19	17
PRESIDENTE FIGUEIREDO	30.668	33.004	869	38	36
LÁBREA	45.448	48.927	858	57	49
MANAQUIRI	17.107	17.009	850	20	17
EIRUNEPÉ	33.170	35.534	826	43	39
TABATINGA	66.764	72.283	786	92	87
CANUTAMA	16.869	17.885	778	23	18
APUÍ	20.647	21.735	776	28	22
BERURI	20.718	22.136	763	29	22
ANORI	17.194	17.932	747	24	18
CAREIRO DA VÁRZEA	19.638	19.809	683	29	20
CAAPIRANGA	13.473	14.310	681	21	14
ITAPIRANGA	10.162	10.805	675	16	11
PARINTINS	96.372	101.956	662	154	102
MANACAPURU	101.883	110.691	640	173	134
TEFÉ	73.669	79.278	566	140	87
RIO PRETO DA EVA	24.936	25.723	559	46	31
BOCA DO ACRE	35.447	38.246	554	69	42
ANAMÃ	9.962	10.318	543	19	10
NOVO Ayrão	15.761	16.467	422	39	16
HUMAITÁ	57.473	62.312	318	196	69
GUAJARÁ	13.815	14.332	281	51	16
1.877.679	2.001.523	124.027	1.965	2.152	

Fonte: CPI/PMAM 2025.

TABELA 2: Dados obtidos no Comando de Policiamento Metropolitano da Polícia Militar do Amazonas.

COMANDO DE POLICIAMENTO DE ÁREA	UNIDADE	EFETIVO EXISTENTE
CPM	SEDE	65
	FORÇA TÁTICA	148
	BPGDA	132
	BPTRAN	102
	RMP	34
	POLITUR	24
	CICLOPATRULHA	40
CPA CENTRO-SUL / CENTRO-OESTE	SEDE	267
	10ª CICOM	45
	12ª CICOM	36
	16ª CICOM	37
	17ª CICOM	42
	22ª CICOM	42
CPA LESTE	SEDE	160
	4ª CICOM	36
	9ª CICOM	37
	11ª CICOM	34
	14ª CICOM	33
	25ª CICOM	32
	28ª CICOM	35
	29ª CICOM	30
	30ª CICOM	55
CPA NORTE	SEDE	161
	6ª CICOM	55
	13ª CICOM	54
	15ª CICOM	51
	18ª CICOM	47
	26ª CICOM	57
CPA OESTE	SEDE	68
	5ª CICOM	37
	8ª CICOM	59
	19ª CICOM	44
	20ª CICOM	39
	21ª CICOM	41
CPA SUL	SEDE	141
	1ª CICOM	40
	2ª CICOM	35
	3ª CICOM	50
	7ª CICOM	37
	24ª CICOM	123
TOTAL GERAL DAS CICOM		2718

Fonte: CPM/PMAM.

TABELA 3: Dados obtidos no Comando de Policiamento Metropolitano da Polícia Militar do Amazonas.

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO 2022	POPULAÇÃO 2024	HAB / PM	QTD PM EXISTENTE	QTD PM IDEAL
MANAUS	2.063.689	2.279.686	303	7.500	15.000

Fonte: CPM/PMAM.

Gestão de Efetivo Policial

A gestão de efetivo pode ser compreendida como o conjunto de práticas administrativas voltadas ao planejamento, dimensionamento, alocação e monitoramento do pessoal disponível nas corporações militares. Segundo Souza (2019), um dimensionamento adequado do efetivo deve considerar fatores como densidade populacional, índices de criminalidade, peculiaridades territoriais e a capacidade operacional das unidades.

No contexto da Polícia Militar do Estado do Amazonas (PMAM), a distribuição do efetivo entre a capital e o interior reflete tanto questões históricas quanto logísticas e políticas. A capital, Manaus, concentra grande parte dos recursos humanos e materiais da corporação, o que pode gerar desequilíbrios na cobertura policial em áreas interioranas, conforme apontam estudos sobre segurança pública na região amazônica (SILVA; ANDRADE, 2020).

A gestão do efetivo nos municípios do estado constitui um dos principais desafios para a segurança pública regional, especialmente diante das características geográficas e logísticas que dificultam a atuação das forças policiais em áreas remotas. O Amazonas apresenta um dos piores índices de cobertura policial do país,

com uma média de um policial militar para cada 189 km², comprometendo a presença efetiva da corporação em diversas localidades do interior.

Dados recentes da Diretoria de Pessoal da Ativa – DPA, indicam que, em 2023, o estado contava com aproximadamente 8.250 policiais militares, representando uma redução de 10,8% em relação ao contingente registrado em 2013. Essa diminuição impacta diretamente a capacidade de resposta da PMAM frente às demandas crescentes por segurança, sobretudo em municípios estratégicos como Parintins, que deveria contar com cerca de 400 policiais, mas opera com apenas 181, dos quais 133 estão em atividade operacional.

Além do déficit numérico, a gestão do efetivo enfrenta problemas estruturais, como o desbalanceamento hierárquico dentro da corporação. Observa-se, por exemplo, que há mais sargentos do que soldados e cabos somados, o que compromete a funcionalidade operacional e a distribuição adequada das funções. Soma-se a isso a precariedade das instalações físicas e a escassez de recursos materiais, que dificultam o desempenho das atividades policiais e a permanência dos profissionais em localidades de difícil acesso.

Diante desse cenário, o Governo do Estado tem adotado medidas para reverter o quadro. Em 2022, foram realizados concursos públicos com a oferta de 2.500 vagas para as forças de segurança, e em 2023, 1.121 novos policiais militares foram convocados. Paralelamente, o Ministério Público do Estado do Amazonas instaurou um Inquérito Civil Público com o objetivo de apurar a defasagem do efetivo e exigir a elaboração de um plano de recuperação a ser implementado nos próximos cinco anos. Entre as ações previstas estão a convocação dos aprovados em concursos anteriores e a realização de novos certames.

Para que a gestão do efetivo policial militar seja eficaz e sustentável, é necessário adotar um planejamento estratégico regionalizado, que leve em consideração as especificidades de cada município. Além disso, o investimento em tecnologia e inteligência policial pode contribuir para compensar a limitação de pessoal, enquanto o fortalecimento da formação e valorização profissional é essencial para garantir a retenção de efetivo e a melhoria das condições de trabalho. Tais medidas são fundamentais para assegurar a presença do Estado em todo o território amazonense e promover uma segurança pública mais eficiente e equitativa.

Eficiência Operacional na Polícia Militar

A eficiência operacional das polícias militares é geralmente avaliada por meio de indicadores como tempo de resposta às ocorrências, número de abordagens, prisões e apreensões, além da presença em ações preventivas. No caso das Companhias Interativas Comunitárias (CICOMs) da Polícia Militar do Amazonas (PMAM), essas métricas são essenciais para verificar a efetividade da estratégia de policiamento comunitário adotada pelo Estado.

Conforme destaca Ferreira (2018), a eficiência operacional não deve ser confundida com produtividade bruta, pois envolve também a qualidade da atuação policial, o impacto sobre os índices de criminalidade e a percepção de segurança pela população. A literatura especializada aponta que o uso racional do efetivo, aliado à capacitação continuada e à integração com a comunidade, são fatores que aumentam significativamente a efetividade das ações policiais.

Por sua vez, a eficiência operacional da PMAM tem sido objeto de crescente atenção diante dos desafios impostos pelos índices de criminalidade e pelas peculiaridades geográficas da região. O Estado, caracterizado por sua vasta extensão territorial e pela presença de municípios isolados, enfrenta dificuldades estruturais e logísticas que impactam diretamente a capacidade de resposta das forças de segurança pública.

Segundo o *Plano Estratégico da PMAM 2023–2030*, a corporação tem buscado aprimorar sua atuação por meio da implementação de diretrizes voltadas à gestão de resultados, à integração interinstitucional e ao fortalecimento da inteligência policial. No entanto, estudos apontam que, apesar dos esforços, ainda há carência de indicadores padronizados para mensurar a eficiência policial no Brasil, o que dificulta a avaliação precisa do desempenho das corporações estaduais.

No contexto amazonense, os Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), como homicídios e latrocínios, continuam a representar uma preocupação central. A atuação da PMAM tem se concentrado em ações ostensivas, operações integradas com outras forças de segurança e programas comunitários, como as CICOMs, que visam aproximar a polícia da população e promover a prevenção da violência.

Entretanto, a eficiência operacional da PMAM é comprometida por fatores como o déficit de efetivo, a infraestrutura precária em diversas unidades e a ausência de um ciclo completo de polícia, que permitiria à corporação atuar de forma integrada nas esferas preventiva, ostensiva e investigativa. A adoção de modelos mais modernos, como os utilizados em países desenvolvidos, tem sido discutida como alternativa para melhorar a gestão e a efetividade das ações policiais.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível o fortalecimento da capacidade institucional da PMAM, com investimentos em tecnologia, formação continuada, valorização profissional e planejamento estratégico orientado por dados. A construção de indicadores de eficiência que considerem não apenas os registros criminais, mas também a redução da letalidade, a legitimidade da atuação policial e a confiança da população, é essencial para promover uma segurança pública mais eficaz e alinhada às necessidades da sociedade amazonense.

Dimensionamento e Alocação Estratégica

A alocação estratégica do efetivo policial no Estado do Amazonas demanda uma abordagem técnica e contextualizada, considerando as particularidades geográficas, sociais e logísticas da região. O território amazonense, por sua vasta extensão e baixa densidade populacional, apresenta desafios significativos à atuação da Polícia Militar do Amazonas (PMAM), especialmente nos municípios do interior. A presença de comunidades isoladas, o difícil acesso a determinadas localidades e a carência de infraestrutura básica — como estradas, comunicação e transporte — impactam diretamente a capacidade de resposta das unidades operacionais e exigem soluções específicas para garantir a efetividade do policiamento.

Nesse contexto, o dimensionamento do efetivo deve ser orientado por critérios técnicos e operacionais, com base em análises estatísticas, georreferenciamento das ocorrências criminais e padrões de demanda por policiamento. De acordo com os *Planejamentos Estratégicos da PMAM (2019–2022; 2023–2030)*, a distribuição dos recursos humanos e materiais é realizada a partir da identificação de áreas críticas, considerando os índices de criminalidade violenta — como homicídios, roubos e violência doméstica — bem como fatores sazonais e eventos locais que influenciam o fluxo populacional.

Para superar os obstáculos impostos pela geografia amazônica, a PMAM tem adotado estratégias operacionais diferenciadas, como o uso de bases fluviais e aéreas, patrulhamento com lanchas e helicópteros, além da incorporação de tecnologias como drones e sistemas de monitoramento remoto. O policiamento comunitário também tem se mostrado eficaz, ao fortalecer parcerias com lideranças locais e ampliar a inteligência territorial. Ademais, a integração com outras forças de segurança — como a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros e as Forças Armadas — tem sido fundamental para a realização de operações conjuntas em áreas de difícil acesso.

Municípios como Tabatinga, Tefé, Coari e Parintins, por serem polos regionais e apresentarem maior incidência de crimes transfronteiriços, tráfico de drogas e violência urbana, recebem atenção especial no planejamento estratégico da corporação. A atuação nesses locais é pautada por ações coordenadas e investimentos em infraestrutura policial, visando ampliar a presença do Estado e garantir a segurança da população.

Dessa forma, a alocação estratégica do efetivo da PMAM nos municípios do Amazonas não pode seguir modelos convencionais. Ela exige inteligência territorial, flexibilidade logística e uso intensivo de tecnologia, de modo a superar os desafios impostos pela floresta e assegurar a efetividade das ações de segurança pública em todas as regiões do estado.

III. Metodologia

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, incluindo análise correlacional. Os procedimentos metodológicos envolvem levantamento documental de dados da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) sobre efetivo, escalas, horas extras, afastamentos e produtividade, além da coleta de indicadores operacionais, como tempo de resposta e resultados por unidade.

A apresentação dos dados obtidos na corporação, possibilitaram identificar correlações entre a gestão do efetivo e os indicadores de eficiência, fornecendo subsídios à compreensão da realidade institucional relacionada ao objeto deste trabalho.

A amostra contemplou as unidades operacionais da capital e do interior no lapso de período de 2022 a 2024, haja vista a acessibilidade destes dados obtida pelo pesquisador.

IV. Resultados

A formulação de políticas públicas eficazes para a gestão do efetivo policial requer, além de dados estatísticos confiáveis, uma abordagem sistêmica que considere os aspectos sociais, econômicos e culturais locais. A reestruturação do modelo de distribuição do efetivo é uma das principais medidas sugeridas, devendo ser orientada por critérios técnicos, como o georreferenciamento das ocorrências criminais, a análise estatística da demanda por policiamento e a priorização de áreas com maior vulnerabilidade social e criminalidade.

A Lei nº 3.793, de 27 de agosto de 2012, representa um marco na organização da Polícia Militar do Estado do Amazonas (PMAM), ao estabelecer o efetivo da corporação em 15.000 policiais militares e definir diretrizes para sua estrutura hierárquica e distribuição. A regulamentação da alocação por postos e graduações é feita por decreto do Chefe do Poder Executivo, respeitando a hierarquia militar e as necessidades operacionais da corporação. A norma revogou a Lei nº 2.591, de 04 de janeiro de 2000, atualizando os parâmetros legais conforme o crescimento populacional e as novas exigências da segurança pública.

Apesar da previsão legal de um contingente robusto, observa-se através do quadro de montagem do serviço que o número de policiais militares em atividade frequentemente está abaixo do estipulado, o que compromete a capacidade de resposta da PMAM, especialmente em áreas de difícil acesso e nos centros urbanos com alta densidade populacional. Além disso, a legislação não especifica critérios técnicos para a distribuição regional do efetivo, evidenciando a necessidade de políticas complementares que incorporem dados estatísticos, geográficos e sociais na tomada de decisão.

Nesse contexto, estratégias como a descentralização operacional, o fortalecimento do policiamento comunitário e o investimento em tecnologias de monitoramento têm sido apontadas como fundamentais para otimizar a gestão do efetivo e ampliar a eficiência das ações policiais no estado. A descentralização das decisões operacionais permite que comandos regionais tenham maior autonomia para alocar recursos conforme as

necessidades locais, promovendo maior agilidade e adequação às realidades específicas de cada município.

O investimento em tecnologias de monitoramento e inteligência policial também se destaca como medida essencial. O uso de drones, câmeras de reconhecimento facial, sistemas integrados de comunicação e análise preditiva pode compensar a limitação de efetivo em áreas de difícil acesso, ampliando a capacidade de vigilância e resposta da corporação. Além disso, a modernização das ferramentas de gestão interna, como plataformas digitais para controle de pessoal e logística, contribui para maior transparência e eficiência administrativa.

O fortalecimento do policiamento comunitário é igualmente relevante. A aproximação entre a PMAM e as comunidades locais, por meio de programas de prevenção, diálogo com lideranças e ações educativas, promove maior legitimidade institucional e cooperação da população com as forças de segurança. Essa abordagem é especialmente importante em municípios do interior, onde o vínculo entre polícia e comunidade pode ser determinante para o sucesso das operações.

Estudos como o *Planejamento Estratégico da PMAM 2019–2022* e o *Planejamento Estratégico 2023–2030*, além de pesquisas acadêmicas sobre gestão de pessoas na corporação, apontam para a necessidade de valorização profissional, com foco em formação continuada, reconhecimento institucional e melhoria das condições de trabalho. Tais medidas são essenciais para garantir o engajamento dos policiais e reduzir os impactos do desgaste físico e emocional decorrente das atividades.

V. Considerações Finais

Dessa forma, a gestão do efetivo da Polícia Militar do Amazonas deve ser compreendida como um processo dinâmico, que exige planejamento estratégico, inovação tecnológica e sensibilidade social para atender às demandas de segurança pública em um dos territórios mais complexos do país.

Diante desses desafios e oportunidades, é crucial que políticas complementares sejam implementadas para incorporar dados estatísticos, geográficos e sociais na tomada de decisão, visando uma distribuição mais eficiente do efetivo e uma resposta mais eficaz às necessidades de segurança pública no estado do Amazonas.

A pesquisa não termina aqui. Este trabalho embasa novas pesquisas e investigações sobre a gestão do efetivo policial e a segurança pública no Amazonas, acendendo a discussão sobre o tema e apontando caminhos para futuras investigações e melhorias práticas na atuação da PMAM. A continuidade do debate e a busca por soluções inovadoras são fundamentais para enfrentar os desafios dinâmicos da segurança pública em um contexto em constante mudança.

Referências

- [1]. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO AMAZONAS. Planejamento Estratégico 2019–2022. Manaus: PMAM, 2018. Disponível Em: https://Pm.Am.Gov.Br/Portal/Document/PMAM_-_PLANEJAMENTO_ESTRATEGICO_2019_2022_2019_06_26_14_15_00.Pdf. Acesso Em: 06 Ago. 2025.
- [2]. ROLIM, M.; PEREIRA, V. De Q. A Eficiência Policial E Seus Indicadores. Revista Brasileira De Segurança Pública, São Paulo, V. 16, N. 3, 2022. Disponível Em: <https://Revista.Forumseguranca.Org.Br/Index.Php/Rbsp/Article/View/1445>. Acesso Em: 06 Ago. 2025.
- [3]. FERREIRA JUNIOR, E. I. Et Al. O Impacto Do Nível De Escolaridade Dos Integrantes Do CFSD 2023/2024 Na Eficácia Operacional Da Formação Polícia Militar Do Amazonas: Uma Análise Comparativa. Revista De Gestão E Secretariado, São Paulo, V. 16, N. 4, 2025. Disponível Em: <https://Ojs.Revistagesec.Org.Br/Secretariado/Article/View/4884>. Acesso Em: 06 Ago. 2025.
- [4]. AMAZONAS. Assembleia Legislativa Do Estado. Lei Nº 5.671, De 8 De Novembro De 2021. Dispõe Sobre A Organização E Funcionamento Da Polícia Militar Do Estado Do Amazonas. Disponível Em: <https://Sapl.Al.Am.Leg.Br/Media/Sapl/Public/Normajuridica/2021/11584/5671.Pdf>. Acesso Em: 06 Ago. 2025.
- [5]. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO AMAZONAS. Planejamento Estratégico 2019–2022. Manaus: PMAM, 2018. Disponível Em: https://Pm.Am.Gov.Br/Portal/Document/PMAM_-_PLANEJAMENTO_ESTRATEGICO_2019_2022_2019_06_26_14_15_00.Pdf. Acesso Em: 06 Ago. 2025.
- [6]. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO AMAZONAS. Planejamento Estratégico 2023–2032. Manaus: PMAM, 2023. Disponível Em: https://Pubhtml5.Com/Pwpcd/Btdu/PLANEJAMENTO_ESTRATEGICO_2023-2032/. Acesso Em: 06 Ago. 2025.
- [7]. ROLIM, M.; PEREIRA, V. De Q. A Eficiência Policial E Seus Indicadores. Revista Brasileira De Segurança Pública, São Paulo, V. 16, N. 3, P. 78–95, 2022. Disponível Em: <https://Revista.Forumseguranca.Org.Br/Index.Php/Rbsp/Article/View/1445>. Acesso Em: 06 Ago. 2025.
- [8]. FERREIRA JUNIOR, E. I. Et Al. O Impacto Do Nível De Escolaridade Dos Integrantes Do CFSD 2023/2024 Na Eficácia Operacional Da Formação Polícia Militar Do Amazonas: Uma Análise Comparativa. Revista De Gestão E Secretariado, São Paulo, V. 16, N. 4, P. 112–130, 2025. Disponível Em: <https://Ojs.Revistagesec.Org.Br/Secretariado/Article/View/4884>. Acesso Em: 06 Ago. 2025.
- [9]. BRASIL. Ministério Da Justiça E Segurança Pública. Diagnóstico Da Gestão De Efetivo Das Polícias Militares No Brasil. Brasília, DF: MJSP, 2020.
- [10]. SILVA, João Carlos Da. Gestão De Pessoas Na Polícia Militar: Desafios E Perspectivas. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- [11]. UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS. Segurança Pública E Territorialidade Na Amazônia: Estudos Aplicados À Gestão Policial. Manaus: UEA Edições, 2022.